



MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº 04/14

Data da Sessão: 23 de junho de 2014

Início da Sessão: 16.00 horas

Fim da Sessão: 18.45 horas

Composição da Mesa:

Presidente: Fernando Jorge dos Ramos -----

1º Secretário: Carlos Lucas Correia -----

2º Secretário: Olga Susana Miranda da Silva -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, junho, 23

----- Aos 23 dias do mês de junho do ano de 2014, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

1. **Período de Antes da Ordem do Dia;**-----
2. **Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c), nº 2, do artº 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, retificada pelas Declarações de Retificação n.º 46-C/2013, de 01 de novembro e n.º 50-A/2013, de 11 de novembro;**-----
3. **Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal – “Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para compromissos plurianuais - Listagem de compromissos plurianuais assumidos”;**-----
4. **Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a redução de taxa a pagar pela utilização do Castelo para a realização de Festival de Música no Castelo;**-----
5. **Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Relatório Final – Aquisição de serviços de auditoria externa, no âmbito da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais – ajuste direto;**-----
6. **Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a alteração do Regulamento de atribuição de equipamentos de Teleassistência;**-----
7. **Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a transferência de Património da Assembleia Distrital de Coimbra.**-----

----- Procedeu-se à verificação da existência de quórum, registando-se as seguintes presenças:-----

Mesa: Fernando Jorge dos Ramos, Carlos Lucas Correia e Olga Susana Miranda da Silva. -----

Membros: Luís Manuel Barbosa Marques Leal, Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge, Ana Cristina da Silva Jorge, Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites, Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço, Adelaide Maria Simões Medina, Fernando Pereira Nunes Curto, Fernando Manuel Dias Monteiro, Carolina Ferreira Aires, Jorge André da Silva Santana, José de Oliveira de Sousa, Sara Cristina Cruz Gomes, Maria João Batista Sobreiro, Luís Filipe Azenha Madaleno, em substituição de Luís Pedro Simões Ribeiro, Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo, em substituição de Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano, António Mendes Girão Meco, em substituição de Nuno Miguel Figueiredo Cardoso, Susana Paula Malva Branco, em substituição de Francisco Faria de Paiva Batista. -----

Presidentes de Junta: Arazede, Carapinheira, Ereira, Liceia, Meãs, Pereira, Santo Varão, Seixo de Gatões, Tentúgal, União das Freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca e União das Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatões. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, junho, 23

Executivo: Emílio Augusto Ferreira Torrão, Abel da Silva de Oliveira Girão, José Jacírio Teixeira Veríssimo, Alexandra Margarida Góis Ferreira, Paula Elisabete Pires Costa Rama e Aurélio Manuel Mendes Soveral da Rocha. -----

----- Ausências justificadas e com substituições, anteriormente referidas – Luís Pedro Simões Ribeiro, Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano, Nuno Miguel Figueiredo Cardoso e Francisco Faria de Paiva Batista.

----- Ausências justificadas e sem substituições – Edmea Teresa Reis Silva.-----

----- Seguidamente passou-se à ordem de trabalhos.-----

----- **Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia** – O PMAM, Fernando Ramos, deu início à reunião quando eram 16h00, tendo questionado a AM se havia alguma proposta de alteração da OT. -----

----- Não havendo nenhuma alteração à OT considerou-se a mesma aprovada. -----

----- Foi colocada à discussão a ata da Reunião da Assembleia Municipal de 25 de abril. Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 31 membros da AM, a ata foi aprovada por maioria, com seis abstenções, por não participação na reunião a que a mesma se refere, conforme a listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- VOTAÇÕES -----

----- Fernando Jorge dos Ramos----- A Favor-----

----- Luís Manuel Barbosa Marques Leal----- Abstensão-----

----- Carlos Lucas Correia----- A Favor-----

----- Luís Filipe Azenha Madaleno ----- A Favor-----

----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge ----- A Favor-----

----- Ana Cristina da Silva Jorge ----- A Favor-----

----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites ----- A Favor-----

----- Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço ----- A Favor-----

----- Lúcia Maria Cavaleiro T. Pagaimo----- A Favor-----

----- António Mendes Girão Meco----- Abstensão-----

----- Adelaide Maria Simões Medina ----- A Favor-----

----- Olga Susana Miranda da Silva ----- A Favor-----

----- Fernando Pereira Nunes Curto ----- A Favor-----

----- Fernando Manuel Dias Monteiro ----- A Favor-----

----- Carolina Ferreira Aires ----- Abstensão-----

----- Jorge André da Silva Santana ----- Abstensão-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, junho, 23

----- Susana Paula Malva Branco-----	Abstenção-----
----- José de Oliveira de Sousa -----	A Favor-----
----- Sara Cristina Cruz Gomes-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro -----	A Favor-----
----- Eusébio Ramos Sousa Campos -----	A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro -----	A Favor-----
----- Vasco Gonçalo Sousa Martins -----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Pinto Rama -----	A Favor-----
----- Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo -----	A Favor-----
----- João António Góis Girão -----	A Favor-----
----- José Manuel Marques Madaleno-----	A Favor-----
----- Raul Nunes Leitão -----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves -----	A Favor-----
----- António Correia Pardal Bispo-----	Abstenção-----
----- A AM tomou conhecimento. -----	
----- Foi colocada à discussão a ata da Reunião da Assembleia Municipal de 30 de abril. -----	
----- Pede a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Na folha n.º 44, há uma omissão, pelo que solicito a V. Ex.ª que se faça a seguinte correção: é um homem que não promana mas faz jus ao seu timbre – independente. Acordou tarde.”-----	
----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 31 membros da AM, a ata foi aprovada por maioria, com as alterações propostas pelo membro Oliveira e Sousa (MPT) com cinco abstenções por não participação na reunião a que a mesma se refere, conforme a listagem das votações que a seguir se indica:-----	
----- VOTAÇÕES -----	
----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
----- Luís Manuel Barbosa Marques Leal-----	Abstenção-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno -----	A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge -----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, junho, 23

	A Favor -----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites -----	A Favor -----
----- Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço -----	A Favor -----
----- Lúcia Maria Cavaleiro T. Pagaimo -----	A Favor -----
----- António Mendes Girão Meco -----	Abstenção -----
----- Adelaide Maria Simões Medina -----	A Favor -----
----- Olga Susana Miranda da Silva -----	A Favor -----
----- Fernando Pereira Nunes Curto -----	A Favor -----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro -----	A Favor -----
----- Carolina Ferreira Aires -----	Abstenção -----
----- Jorge André da Silva Santana -----	A Favor -----
----- Susana Paula Malva Branco -----	Abstenção -----
----- José de Oliveira de Sousa -----	A Favor -----
----- Sara Cristina Cruz Gomes -----	Abstenção -----
----- Maria João Batista Sobreiro -----	Abstenção -----
----- Eusébio Ramos Sousa Campos -----	A Favor -----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro -----	A Favor -----
----- Vasco Gonçalo Sousa Martins -----	A Favor -----
----- Joaquim Neves Martinho -----	A Favor -----
----- Paulo Jorge Pinto Rama -----	A Favor -----
----- Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo -----	A Favor -----
----- João António Góis Girão -----	A Favor -----
----- José Manuel Marques Madaleno -----	A Favor -----
----- Raul Nunes Leitão -----	A Favor -----
----- Carlos António Cristino Alves -----	A Favor -----
----- António Correia Pardal Bispo -----	A Favor -----
----- A AM tomou conhecimento. -----	
----- O PMAM deu conhecimento da correspondência expedida e recebida para além da que constava no documento previamente enviado, tendo salientado os pedidos de substituição dos membros da AM, para a presente Sessão da AM. -----	

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2014, junho, 23***

----- Pede a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Senhor Presidente eu recebi muita documentação, mas não vi na documentação que me foi entregue a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara e eu sei que a mesma é muito longa e concreta e, vinda de quem vem, só se espera isso, mas sem ela não me posso pronunciar acerca das doudas palavras e da douda informação com que o Senhor Presidente da Câmara pretende informar os municípios. Realmente não houve tempo para informar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal sobre esta falta, porquanto isto, como estávamos habituados anteriormente, havia um prazo, embora não esteja contra o Regulamento, o que é certo é que faltou-me aqui esse documento.”-----

----- Usou da palavra o PMAM esclarecendo que acaba de receber a informação dos Serviços de que a informação lhe foi entregue na caixa de correio em Pereira, conforme indicação dada pelo membro Oliveira e Sousa.-----

----- Pede a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Efetivamente poderá ter sido lá deixada, mas eu não vi. Aproveito a oportunidade para falar de uma intervenção da Dr.ª Cristina Jorge: quando se faz um requerimento a pedir alteração da OT e, para que possamos eventualmente distribuir esses requerimentos às bancadas para o estudarem, refletirem e votarem condignamente, seria de todo possível, com uma previsibilidade de 15 dias, V. Ex.ª indicar aos deputados municipais a previsibilidade dessa mesma Assembleia porque eventualmente, se surgir um requerimento de alteração de ordem de trabalhos, seria benéfico para permitir o estudo de todas as bancadas e efetivamente não invocarem muito trabalho.”-----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Aconselho todos os deputados municipais a lerem o Regimento desta Assembleia porque muitas destas questões são esclarecidas lá e eu, tal e qual como comecei na hora limite esta AM de acordo com esse Regimento (15 minutos depois da hora marcada), também as outras questões têm sido enviadas de acordo com o referido regimento, até com prazos superiores aos estipulados, mas admito que essa situação possa estar incorreta e que certamente o senhor deputado Oliveira e Sousa nos fará chegar em tempo útil, uma proposta de alteração ao Regimento para que esta AM se possa pronunciar sobre ela. Sem isso, evidentemente, este Presidente da Assembleia, ou qualquer outro, cumpre, por antecipação, os prazos que são estipulados nesse regimento”-----

----- Foram dados 2 minutos para que fossem entregues à MAM as Moções, Requerimentos, ou outros pedidos que os membros da AM entendessem por convenientes, tendo os mesmos sido aceites:-----

----- Requerimento subscrito pelo membro José de Oliveira e Sousa (MPT), “Prestação de informação administrativa, nos termos da Lei, onde se informe todas as viagens realizadas desde 14 de dezembro de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, junho, 23

1997 por eleitos locais ou quaisquer pessoas em representação do Município de Montemor-o-Velho, em particular a todas as localidades geminadas com este Município”, conforme documento anexo à presente ata, sob o n.º 01, e que foi enviado à Câmara Municipal para correspondente informação. -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “O senhor deputado Oliveira e Sousa, queixou-se que hoje mesmo lhe foi entregue um conjunto de informações que ainda não tinha tido oportunidade de verificar, julgo que começou assim a sua intervenção. Se tiver oportunidade de verificar, naturalmente está sempre a tempo de fazer um terceiro, quarto ou quinto requerimento, mas este requerimento tem a informação que lhe foi entregue hoje, aqui e portanto nem sequer foi entregue na sua caixa de correio em Pereira. Pelo que solicito que consulte essa informação e dizer o que lhe couber numa próxima AM, se assim o entender. Julgo que este requerimento tem resposta de que hoje mesmo lhe foi entregue a informação solicitada em tempo. -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa que disse: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, ouvi com atenção as suas palavras e fico realmente respeitosamente agradecido pela resposta, mas, como deve calcular, no início da AM e os documentos que encontrei em cima da minha mesa não me permitiram de modo algum abrir os envelopes. Espero contudo, que essa informação esteja cabalmente respondida já que na verdade e não é o tempo agora, por isso é que me queixei e devemo-nos queixar porque trabalho e venho aqui, não para aquelas gincanas políticas que é usual fazer, mas quero falar no interesse e na informação dos munícipes cabalmente e por todo o respeito que tenho por vós, que é muito, de modo que, nesse sentido, acusar-lhe-ei a oportunidade com o cuidado que é devido e a resposta que é devida, se efetivamente os factos não estiverem concretamente como eu solicitei. Esse requerimento continua válido. -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Naturalmente o requerimento foi presente e fará parte da ata, assim como a resposta de que no dia de hoje lhe foi dada esta informação”. -----

----- Moção apresentada pelo membro Carlos Lucas Correia (PS), “Congratulações de aniversário”, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 02, e que foi aprovada por unanimidade. -----

----- Moção apresentada pelo membro Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor), “Votos de Parabéns”, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 03, e que foi aprovada por unanimidade. -----

----- Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Relativamente a esta moção, sem querer ser repetitiva, já disse noutras ocasiões que somos um órgão político, mas, fazendo nós parte de algumas associações locais e algumas organizações que recebem a moção endereçada pela bancada do Partido Socialista, não nos parece bem não termos também uma

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, junho, 23

moção dos mesmos aniversários das referidas entidades feita pela nossa bancada, sendo assim, apesar de serem de facto muito parecidas, parece-me mais correto, até do nosso ponto de vista porque parece que nos estamos a esquecer do aniversário das próprias associações das quais fazemos parte, e nesse sentido, uma vez que a vossa continua a aparecer em nome da bancada do Partido Socialista, nós decidimos também fazer as nossas moções separadamente.”-----

----- Pede a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse “Eu já uma vez aqui falei nesta questão e vou voltar a dar a minha opinião sobre estas moções: Teria toda a lógica que este tipo de moções saíssem em nome da Assembleia Municipal, sem qualquer teor político-partidário. Esta é a posição da CDU porque nós obviamente também não nos esquecemos do associativismo e das associações, por isso vejo com algum desagrado este disputar de moções para enviar às associações concelhias entre o Partido Socialista e a Coligação Mais por Montemor.”-----

----- Pede a palavra o membro Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Não sei se o deputado Ricardo Brites faz parte de alguma associação, mas, a nós, enquanto membros desta bancada, não nos cai bem. Por um lado tínhamos combinado as coisas de forma diferente no início do mandato, e agora temos reparado ao longo deste tempo que as coisas aparecem de outra forma e volto a repetir que este é efetivamente um órgão político”.-----

----- Moção apresentada por Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor), “2.ª edição do Trilho dos Gatos”, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 04, e que foi aprovada por unanimidade.

----- Moção apresentada por Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor), “Inauguração do Centro Cultural de Gatões”, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 05, e que foi aprovada por unanimidade.-----

----- Moção apresentada por Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor), “Parabéns à Casa do Povo de Abrunheira e Equipa de BTT”, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 06, e que foi aprovada por unanimidade.-----

----- Moção apresentada por Maria João Sobreiro (Coligação Mais por Montemor), “133.º Aniversário da Filarmónica de Instrução e Recreativa da Abrunheira”, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 07, e que foi aprovada por unanimidade.-----

----- Moção apresentada por Maria João Sobreiro (Coligação Mais por Montemor), “206.º Aniversário da Associação Filarmónica União Verridense”, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 08, e que foi aprovada por unanimidade.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, junho, 23

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “não havendo mais moções na mesa, está aberto o período de intervenções, sendo certo que tenho uma intervenção anunciada da deputada Adelaide Medina a quem passo de imediato a palavra.” -----

----- Usou da palavra o membro Adelaide Medina (Coligação Mais por Montemor) que disse: “O grupo da Coligação “Mais por Montemor” (PPD/PSD – CDS/PP), da Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho com o intuito de pensar, não só no agora, mas também no longo prazo, as estruturas do Concelho como podemos constatar estão a deteriorar-se, pelo que há que intervir na sua requalificação. Como tal, porquê não aproveitar os fundos comunitários disponíveis? Estarão V. Exas. a concorrer a esses fundos aproveitando a tal oportunidade de revitalização? -----

----- No âmbito das vias de comunicação, porquê deixar cair os projetos que estavam em andamento, e não fazer um esforço financeiro para concluir as obras? Não se compreende o porquê de pagar indemnização por rescisão de contrato da empreitada que deverá ser na ordem dos 10% do valor da obra, ficando sem ela. Com o pagamento dos restantes 5% fica-se com a obra executada contribuindo para o desenvolvimento do Concelho. Nestas circunstâncias é normal existir dívida quando há obra feita. -----

----- Com o desgaste diário que as estradas do nosso Concelho têm, por servirem de ligação entre Coimbra e Figueira da Foz, dever-se-ia acautelar a situação de alternativas rodoviárias, uma vez que no próximo quadro comunitário não haverá cabimentação para este tipo de obras. Caso não aconteça, haverá necessidade de intervenção de fundo nas principais vias e que vão representar grande peso no orçamento municipal.” -----

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “A CDU tem algumas intervenções que considera pertinentes. Uma questão que já tinha levantado há uns dois anos atrás relativamente à situação em que encontra um cruzamento antes da rotunda da Carapinheira para um armazém/oficina que há em Lavariz, no sentido Meãs – Carapinheira que está em péssimo estado. Esta situação já foi levantada pela CDU, e na altura foi-nos enviada uma resposta assinada pelo Vereador Abel Girão em que havia uma situação com aquele prédio que se encontra do lado direito no sentido Meãs – Carapinheira. Há algum tempo atrás foi colocada sinalização a informar do pavimento em mau estado mas, neste caso para uma estrada nacional no Concelho, penso que é uma situação de perigo iminente em que se encontra aquele troço de estrada e a minha questão é no sentido de saber se o Executivo tem agendada alguma intervenção e até se pode avançar de imediato com as obras ou se terá que proceder de alguma maneira com empreiteiros ou até se está diretamente relacionada com a obra particular de habitação do prédio que está no mesmo local.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, junho, 23

----- Outra questão que queria colocar aqui tem a ver com uma questão levantada pela CDU na Freguesia de Santo Varão relacionada com a Urbanização da Luz. Perante a falência da empresa construtora, as obras dos espaços públicos não foram concluídas na altura, mas o Executivo anterior levantou a caução no valor de cerca de 242.000 € para concluir essas obras. Ora tal facto não se verificou na verdade, pelo que colocamos essa questão para saber em que situação a mesma se encontra e de que forma pensa o atual Executivo resolver esta situação, uma vez que o que está em causa é a Urbanização da Luz, são as pessoas que lá vivem e fizeram lá o seu investimento de casa própria. -----

----- Por último, não podíamos deixar de referir a decisão tomada na última reunião de Câmara relativamente aos CITEC – Centro de Iniciação Teatral Esther de Carvalho, em que, na mesma reunião, com os votos do PS e a abstenção da Vereadora independente, eleita pelo PPD-PSD/CDS-PP, declararam nula a atribuição de um subsídio ao CITEC, tendo por base fundamental a violação da Lei 8/2012 de 21 de fevereiro, o que em nosso entender cria um precedente que pode ter efeitos desastrosos para o nosso Município. Neste caso há decisões semelhantes a esta que foram provocadoras de despesa municipal aprovadas entre junho e final de setembro de 2013, sem verbas disponíveis, segundo declarações do Senhor Presidente da Câmara em afirmações recentes que foram proferidas à Comunicação Social, e que são cerca de 4 milhões de euros, já para não falar de outras que foram tomadas antes e depois desse período, incluindo o atual mandato. -----

----- Com o precedente agora aberto, entendemos que qualquer cidadão ou associação ou outra entidade, tem caminho aberto para analisar uma a uma e todas essas decisões que envolvam despesas, neste caso indicadas sem verbas disponíveis, e que nos últimos anos, diga-se, houve um aumento forte ao fazer atribuição de subsídios a todas as associações, adjudicação de obras, arranjo de máquinas e viaturas, reposição de materiais diversos, entre outros. -----

----- Os mesmos elementos que foram avaliados para penalizar no nosso entendimento, o CITEC, podem igualmente pôr em causa toda a atividade do Município, basta para isso irem verificar o que consta na informação, onde se diz que não há verbas disponíveis, pelo que a decisão está em causa. -----

----- Será que é isto que a atual maioria pretende? Qual é o contrato que se segue nestas mesmas condições?-----

----- Entendemos também que, mais uma vez, o que a CDU tem vindo a questionar, e que de facto lamenta algumas atitudes do atual Executivo e da nova maioria, que de facto somos todos muito fortes com os fracos, mas somos muitos fracos com os fortes. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, junho, 23

----- Lamentamos também, neste caso, a posição da Vereadora Alexandra Ferreira, que não tem coerência com o seu voto há um ano atrás numa votação por si proposta, desta vez absteve-se e permitiu que o subsídio fosse declarado nulo. Portanto entendemos nós que de coerência pouco aqui existiu nesta sua votação.-----

----- Entendemos também que não terá sido a declaração de nulidade fundamentada pela mesma Jurista Municipal e pelos mesmos pareceres que há um ano atrás deram seguramente um parecer diferente e noutra sentença, ou não fosse na altura a Chefe de Divisão dos Serviços Administrativos também plausível com o assunto e que nessa altura não lhe tivesse passado pelas mãos. Entendemos até que o parecer argumentado que não teve em conta a documentação que existe e as declarações de conforto emitidas pelo mesmo Município noutras alturas e noutras candidaturas aos apoios ao CITEMOR, neste caso de 2009, 2010, 2011 e 2012. Por isso mesmo consideramos que é um mau começo e um mau princípio a questão que levou à decisão da anulação do subsídio a atribuir ao CITEC, neste caso ao CITEMOR.” -----

----- Pediu a palavra o membro Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Quereria perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, para quando os Protocolos com as Juntas de Freguesia? Sabemos que as Juntas são aquelas que estão localmente mais próximo das populações, que precisam de algum fundo para trabalharem e para resolverem os problemas mais prementes e já a 30 de abril coloquei esta questão ao que o Senhor Presidente da Câmara me informou que os protocolos estavam a ser preparados. Passados quase dois meses eu queria que me dissesse qual é o ponto de situação.”-----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Tenho andado por este Concelho, nomeadamente por esta Vila, que é linda e constato que no sítio onde devemos ter mais cuidado é onde se encontram grandes buracos. Existe um buraco, talvez com uma superfície de 12 m², junto ao Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Velho e ao Pavilhão Municipal. V. Ex.^ª sabe e todos sabem, que é numa acessibilidade a este conjunto de escolas onde passam muitos veículos, entre os quais os veículos dos pais das crianças que os vão deixar à escola. Este buraco está aberto há cerca de um mês e meio. Será que os serviços da Autarquia, andam ocupados a “varrer o seu estrado” e não olham para isto? Ou falta o alcatrão ou a areia? Gostaria que o Vereador do Pelouro se pronunciasse acerca desta questão. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2014, junho, 23***

----- Por outro lado, como V. Ex.^a sabe, temos uma estação do ano que é frondosa: é a Primavera. Eu gosto das coisas lindas, mas estas coisas também trazem inconvenientes para o trânsito, pois nomeadamente têm de se cortar as pernas das árvores que afetam a visibilidade dos condutores e podem provocar alguns acidentes, às vezes mortais, nomeadamente da EN 111 e noutras vias de acesso às Freguesias. Era preciso também que houvesse mais algum cuidado e que o chefe deste Pelouro fizesse uma passagem pelas várias Freguesias, nomeadamente na EN 111, que é perigosa. -----

----- Por outro lado, o Senhor Presidente da Câmara que é um homem moderno, dedicado, que está presente, sei que não é muito dado a internet, mas gosta de computadores e a página da internet tem uns indicadores demográficos expostos que se apresentam desatualizados, uma vez que fazem referência à situação demográfica, económica e social no Concelho relativamente a 1989, 1991, 1995, 1996 e 2001. Eu solicitava ao Executivo, que pretende uma Câmara moderna, que providencie a atualização dos dados de acordo com o resultado dos Censos 2011, isto no caso da população, mas também no recenseamento agrícola, penso que é uma das áreas do Senhor Presidente, para sabermos o Censo que temos no recenseamento agrícola. -----

----- Também o Senhor Presidente é um homem ligado a crianças, preocupa-se muito com a juventude, é um homem preocupado com o desenvolvimento do emprego e do desporto, e aí tem algumas iniciativas que eu vejo, mas seria de todo o interesse implementar o Cartão Municipal da Juventude e eu perguntaria ao Senhor Presidente da Câmara, para quando? -----

----- Por outro lado, lembrando o discurso do Senhor Presidente da Câmara aquando da sua tomada de posse, que pugnou pela aferição da qualidade da alimentação representada nos estabelecimentos de ensino do Concelho, gostava de saber o Movimento Independente de Cidadania Por Amor a esta Terra, integrado no MPT, qual o resultado dessa aferição, uma vez que até à data não foi prestada nenhuma informação sobre o assunto, o qual para este Movimento é motivo de atenção dado que as crianças e os jovens do nosso concelho são para o mesmo uma mais-valia, pelo que, se não conseguirmos atrair a sua fixação, amanhã ficamos nós velhos, já hoje o somos. -----

----- Este Movimento, por Amor a esta Terra, integrado no MPT, já ouviu tantas coisas, quer nos jornais, quer na própria Assembleia, quer em todo o lado, que a Câmara tinha uma dívida, que eu hoje já não sei situar a dívida, já não sei os números. Eu percebo pouco os números, faço contas à merceeiro, aumento, diminuo, somo e dá tudo certo, mas com estas engenharias financeiras, economistas, a gente nem sabe se deve, se não deve, e o povo fica a saber o mesmo. O povo por si já é descrente e assim fica na onda. Não seria preferível, uma vez que foi contratada pela Câmara uma empresa de auditoria, apresentar o resultado

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, junho, 23

da mesma? O Movimento Independente de Cidadania que se candidatou para dar dignidade e esperança a estas pessoas, por amor a esta Terra, integrado no MPT, gostaria de uma vez por todas saber qual é a dívida exata da Câmara, ou qual é o resultado dessa auditoria, se não passa o tempo: passa um dia, passam dois, passa um mês, passam três, passa um ano, passam três e passam quatro e o Senhor Presidente vai embora e continuamos sem saber. Não seria preferível informar-nos a nós, com dignidade, isso é tão importante para as mulheres e homens deste Concelho, para o futuro deste Concelho, para as taxas que vêm aí, sejamos francos e falemos ao Povo. Pedia ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que intercedesse junto do Senhor Presidente da Câmara, que é um homem com uma grande dignidade, com um grande saber, trabalha muito e anda sempre junto das populações, é um homem que tem ouvidos e vê, e tem pessoas que olham por ele, e tem os mordomos que lhe fazem chegar as informações. Eu acho que seria importante que respondesse cabalmente a estas situações.” -----

----- Pede a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Eu tenho duas intervenções para fazer: uma tem a ver com o troço de uma estrada que existe na União de Freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca que vai da passagem de nível de Verride à passagem de nível da Caixeira. Bem sei que aquele troço de estrada não é uma estrada camarária, nunca foi, mas também não foi por isso que os habitantes daquela terra não puderam deixar de passar por lá. Neste momento não podem, só se consegue passar lá de trator, muito embora saiba que somos um Concelho agrícola e não é desprimor nenhum dizer que se possa passar lá de trator, mas não está a permitir que efetivamente os habitantes da Caixeira e muitos de Vila Nova da Barca, que também faziam aquele circuito, passem por aquela estrada. Já lá vão 9 meses que este Executivo foi eleito e pretendia saber se vai haver alguma reparação, se está alguma coisa preparada nesse sentido, ou se estão a aguardar que o tempo melhore. O que é certo é que já estamos no verão e torna-se complicado se essa situação continuar sem ter resolução à vista.-----

----- A outra intervenção vem no sentido da resposta do Senhor Presidente da Câmara, na última Assembleia Municipal à líder da minha bancada, Cristina Jorge, por via da questão Movimento Montemor Solidário. Como bem sabem, na primeira Assembleia Municipal a minha Líder de bancada perguntou ao Executivo o porquê de existir um movimento solidário, portanto uma campanha de solidariedade, ao que julgo saber, em que os alimentos dessa campanha foram entregues pela Adjunta do Senhor Presidente juntamente com outros elementos da JS e depois isso foi publicitado na página pessoal de facebook. Ao que me quero referir é à resposta do Senhor Presidente pelo facto de dizer que, no passado, essa campanha era feita pela JSD em parceria com a Câmara Municipal. Isso é mentira Senhor Presidente da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, junho, 23

Câmara. A JSD nunca teve necessidade de fazer campanhas com a Câmara Municipal. A campanha da JSD a título de alimentos já é desde o ano 2005. Em segundo lugar, a única parceria que a JSD teve na realização desta campanha foi com o Centro Paroquial da Carapinheira que nos cedia um automóvel e esse automóvel era pago para que pudéssemos distribuir esses alimentos. A distribuição era feita com alguns Presidentes de Junta, muitas vezes era perguntado aos assistentes sociais dos centros sociais locais quais seriam as famílias que teriam necessidade daqueles alimentos, e muitas vezes pelos membros que acompanhavam a JSD que nos davam essa informação. Existem aqui alguns Presidentes de Junta que não me deixam mentir, nomeadamente o seu chefe de Gabinete, que também já foi Presidente de Junta, muitas vezes íamos entregar alimentos a famílias que não puderam ter o apoio da Câmara Municipal, porque fazíamos isso numa fase posterior à campanha anual da Câmara Municipal e aquilo que os Presidentes de Junta nos diziam era: Aquela família já teve alimentos através da Câmara Municipal, vamos socorrer outras que também sabemos que precisam, mas porque os alimentos não chegavam, por outro tipo de razões, não conseguimos satisfazer toda a gente. Era assim que era feito este trabalho e ainda lhe digo mais uma coisa: a JSD mantém a sua posição como estrutura de juventude partidária, e eu falo porque fui presidente dessa estrutura durante vários mandatos e pautei sempre a sua atividade por princípios de honestidade, trabalho e seriedade. Não faz parte da nossa conduta imiscuirmo-nos em situações que apenas servem para ter benefícios partidários e eleitorais, e isso, Sr. Presidente da Câmara, é uma vergonha. A JSD tem o seu valor amplamente reconhecido por todos neste Concelho, não precisa, nem nunca precisou, de atuar com a cumplicidade no Executivo camarário, para obter militantes ou para lhe dar benefícios. Faça o favor de se retratar porque aquilo que disse é completamente mentira.”-----

----- Pediu a palavra o PJF de Santo Varão, João Girão, que disse: “Não obstante as dificuldades financeiras que temos conhecimento que atravessa esta Câmara Municipal e algumas Juntas de Freguesia, nomeadamente aquela a que presido, e não obstante a não assinatura dos protocolos entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesias, muito por culpa das Juntas de Freguesia pela não entrega de todos os elementos pedidos, queria fazer um agradecimento ao Senhor Presidente da Câmara e a todo o seu executivo e ao seu staff, nomeadamente ao seu Chefe de Gabinete, pelo trabalho que tem sido feito nas Freguesias. Em relação a isto gostaria de dizer, relativamente a todas as máquinas que ultimamente têm estado na minha Freguesia, que já não recebia uma quantidade de máquinas na Freguesia há muito tempo. Já não recebia tantas massas frias distribuídas pela minha Freguesia e também tenho conhecimento, porque passo por todas as outras, o mesmo se passa nas outras freguesias. No que diz respeito às limpezas verifica-se a mesma situação, nomeadamente o corta-silvas, e como tal gostaria, em nome da Junta de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, junho, 23

Freguesia de Santo Varão, de deixar aqui um agradecimento público a todo o Executivo na pessoa do Senhor Presidente da Câmara.”-----

----- Pede a palavra o P.J.F. da Carapinheira, Victor Monteiro, que disse: “O Presidente de Junta é sem dúvida o primeiro elemento desta cadeia política a receber as manifestações de opinião dos seus fregueses acerca da política local e da política municipal. É também por outro lado a este que cabe a transmissão dessas manifestações nos locais apropriados como é o caso desta Assembleia.-----

----- Nesta qualidade, e considerando que a maioria de vós conhece em termos políticos as vivências de um Presidente de Junta, com facilidade percebem que é com dedicação, planeamento, cooperação, transparência nos atos e frontalidade nas ações que poderemos alcançar os nossos objetivos. -----

----- É neste contexto que enquadrado o objetivo comum da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia – que é com toda a certeza o bem estar dos nossos fregueses.-----

----- Seguindo esta linha de pensamento, a estratégia do Executivo Municipal está certa e vem ao encontro daquilo que as Juntas de Freguesia pretendem alcançar, que os fregueses estejam satisfeitos e com alguma qualidade de vida. -----

----- Temos, todos nós, esse dever.-----

----- Pretendo com esta intervenção sensibilizar os ilustres representantes da democracia neste concelho, da importância das parcerias.-----

----- A Junta de Freguesia da Carapinheira, e a Junta de Freguesia das Meãs, apoiadas pela Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, convergindo os seus esforços, conseguiram de forma exemplar abrir e melhorar o pavimento da estrada que liga Quintas (Meãs) a Boleta (Carapinheira). Sem dúvida uma mais-valia para as duas freguesias.-----

----- Esta intervenção foi alvo de notícia na comunicação social local e porquê? Porque esta estrada já há alguns anos que estava abandonada. Era uma estrada de ninguém. Nem era das Meãs nem da Carapinheira, mas unidos conseguimos a sua recuperação.-----

----- Na Carapinheira, e de igual modo em a todas as freguesias, a Câmara Municipal tem de forma justa, equitativa e planeada, resolvido as situações mais urgentes, primando pela resolução de forma estruturada.-----

----- As dificuldades existentes no parque de máquinas são uma realidade o que afeta em muito as Juntas de Freguesia. Neste ponto uma ressalva pessoal e de louvor ao esforço desenvolvido para a obtenção e manutenção da maquinaria operacional;-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, junho, 23

----- Caros membros desta Assembleia, não podemos esquecer que tivemos um Inverno longo e rigoroso em que houve situações bastante complicadas, onde os serviços de Proteção Civil em colaboração com as Juntas Freguesia não tiveram mãos a medir mas os danos deixados foram alguns, especialmente nas estradas de todo o concelho. -----

----- A reposição do pavimento com alcatrão nas estradas com buracos, a reposição do pavimento com alcatrão nas grandes áreas cujas intervenções foram provocados pelo mau tempo, seja nas ruturas pela desobstrução de aquedutos, seja pelo arranjo das condutas de água ou no arranjo das bermas danificadas, só agora com o bom tempo é possível repor estas situações, e isso está a ser feito de forma célere e cuidada. -----

----- Esta sim é a forma correta de trabalhar, que se deve ao tal planeamento e enquadramento correto dos meios materiais com os recursos humanos. -----

----- Por outro lado, a abertura de caminhos florestais de acesso aos carros de bombeiros; a abertura de valetas; a reposição e reparação do pavimento das ruas nesta freguesia: Tudo isto está a avançar de forma aceitável e dentro em breve espero alcançar mais uma etapa, chegar aos 80 %, de estrada sem buracos. Tudo isto, meus senhores, é comentado positivamente na Carapinheira. -----

----- Também sabem que as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia são órgãos distintos, têm funções distintas, previstas na lei e coexistem também de forma distinta. Podem não ter colaboração, podem ter apenas a colaboração que está entendida na lei mas, o desafio à cooperação e entreaajuda desta Câmara Municipal às Freguesias tem sido muito importante e já produziu os seus resultados. -----

----- Nestes dias difíceis que toda a população vive, provocada por uma austeridade ideológica do Governo PSD-CDS, só juntos e em parceria, e com a devida transparência nos atos, conseguimos alcançar o bem-estar e a confiança das nossas populações. -----

----- Senhor Presidente da Câmara, estamos no mesmo objetivo. O nosso objetivo é comum, se podemos fazer e entendermos que deve ser feito, vamos a isso. Vamos continuar a trabalhar. -----

----- Obrigado pela motivação. Bem Haja” . -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Como se lembra, o Movimento Independente de Cidadania por Amor a esta Terra, integrado no MPT, propôs a esta Assembleia a alteração da ordem de trabalhos, com a criação de um inquérito relativamente às atribuições e aos subsídios atribuídos ao CITEC, isto em resposta ao deputado municipal Ricardo Brites da CDU, e nesse sentido nós colocámos e propusemos a esta Assembleia, que todas as bancadas votaram contra. No sentido da bondade, não estou aqui a colocar em causa a bondade ou não do CITEC e o trabalho que tem sido

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, junho, 23

executado, não estou contra os subsídios, o que nós propusemos foi a legalidade dos mesmos e propusemos para apuramento das causas e dos motivos pelos quais foi concedido na reunião ordinária de 3 de junho de 2012, a atribuição do apoio municipal ao CITEC, com efeito retroativo, com referência ao triénio 2009-2012? A razão da nossa proposta de alteração da ordem do dia foi para perceber esta legalidade. Todas as bancadas votaram contra, inclusivamente a CDU. Isto é só para esclarecer o Município que isso tem que se ter em conta, tendo também em conta que esta Câmara estava num processo acelerado de insolvência e agarrar em dinheiros públicos e distribuí-los para além daquilo que é possível, já cá não estava em condições de o fazer. e mesmo que estivesse nós temos que ter cuidado com os dinheiros públicos, não é? Mas eu ainda não vi ninguém incomodado pela forma de distribuir este dinheiro, todos votaram contra. Este Executivo, e bem, pediu um parecer da legalidade da atribuição desse subsídio. Penso que nem o Executivo está contra a bondade ou não do CITEC, e das suas tarefas, o problema é a legalidade, e realmente o Senhor Presidente da Câmara/Executivo elaborou um parecer que embora nos possa chocar, é a realidade: é nula toda aquela atribuição. O Senhor Presidente da Câmara procedeu bem no sentido de se emitir um parecer para defender a legalidade e os interesses dos serviços públicos. Era só isso que pretendíamos na altura com a alteração da ordem de trabalhos, pugnar para perceber que todas estas atribuições de subsídios com efeitos retroativos, estas coisas não são para ser feitas de ânimo leve. É realmente reconhecer a responsabilidade de se munir de um parecer, que realmente veio para a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, que está no estado em que sabemos (eu não sei ainda, porque não recebi essa informação), para ter cuidado com os dinheiros públicos. Procedeu bem o Executivo.” -----
----- Pediu a palavra o membro Luís Madaleno (Coligação Mais por Montemor) que disse: “A minha intervenção vem na sequência da intervenção que fiz na última sessão da Assembleia Municipal realizada a 30 de abril, em que mencionei duas situações possivelmente perigosas em termos de segurança rodoviária. Na altura foi mencionado, tanto pelo Presidente de Câmara, como pela deputada municipal Albertina Jorge, o facto das condições climáticas não permitirem a execução da obra, porque estava a chover. Pelo que percebi pela documentação que foi enviada, um pouco mais abaixo na mesma rua, no Largo Amílcar Trindade, irão fazer uma intervenção fantástica que ultrapassa os 80.000 €, se calhar num sítio onde não era preciso. Existem sítios com muito mais necessidade e que colocam em causa a segurança rodoviária. A questão aqui é que houve uns dias em que até esteve bom tempo e até se podia ter feito a intervenção. Gostava de saber se vamos ficar à espera até outubro ou novembro para se voltar a dar a mesma desculpa de que está a chover e não dá para intervir. As situações que põem em causa a segurança rodoviária deviam ter uma intervenção imediata. Há coisas mais importantes!” -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2014, junho, 23***

----- Pediu a palavra o PJF da Ereira, Vasco Sousa que disse: “Quería reforçar o que aqui foi dito pelos Presidentes de Junta de Freguesia, João Girão e Victor Monteiro e digo-o pelo simples facto de ser autarca de uma das Freguesias do Concelho de Montemor-o-Velho desde o ano de 2005: em primeiro lugar como tesoureiro, em segundo lugar como secretário e agora neste mandato como Presidente, e aqui reforçar de forma veemente aquilo que efetivamente é a realidade que existe hoje que é completamente diferente daquilo que aconteceu no passado. Recordo-me muitíssimo bem das dificuldades que existiam, nomeadamente para que fosse tapado um simples buraco. Recordo-me das dificuldades que existiam na cedência de uma máquina. Das dificuldades que existiam para a cedência de qualquer tipo de equipamento. Meus caros amigos, meu caro amigo Luís Madaleno, minha cara Maria João Sobreiro, obviamente é importante aquilo que aqui é dito, os alertas feitos a este Executivo Municipal. Também reforço que nunca ouvi da parte deste Executivo Municipal, a impossibilidade de efetivamente deixar de resolver alguns dos alertas que aqui são feitos e que tão pertinentes são. No entanto, uma coisa que eu às vezes tenho algumas dificuldades em descrever é que num passado recente não havia absolutamente nada para as Juntas de Freguesia, como aqui foi dito pelo Presidente da Junta de Freguesia, Victor Monteiro, que pudessem fazer face às pequenas dificuldades, e hoje após 8, 9 meses de gestão deste Executivo Municipal falamos aqui de situações que no passado tantas vezes existiram e tantas vezes foram deixadas ao abandono. Volto a dizer que nunca ouvi da parte deste Executivo Municipal, que aquilo que aqui é dito não é pertinente, não é para tentar solucionar, não é para tentar resolver.-----

----- Meus caros amigos, efetivamente é importante que por vezes façamos uma retrospectiva daquilo que foi a responsabilidade daqueles com os quais tivemos ao seu lado e que hoje rapidamente nos esquecemos. Este é um alerta que eu queria deixar aqui na qualidade de Presidente de Junta da Freguesia da Ereira e como autarca desde 2005, que tão bem conheço aquilo que foi o passado.-----

----- Para terminar queria perguntar à senhora deputada Maria João Sobreiro, penso que esteve presente na última Assembleia Municipal, aquando da explicação do Senhor Presidente de Câmara e que na altura não teve oportunidade de falar sobre esse assunto e hoje verifico que efetivamente foi um assunto abordado na nossa primeira Assembleia Municipal.”-----

----- Pediu a palavra o membro Albertina Jorge (PS) que disse: “A minha intervenção está um pouco prejudicada pelas intervenções que me antecederam, já aqui foram focados alguns dos pontos aqui referenciados pelos meus antecessores. De qualquer das maneiras gostaria de dizer o seguinte: colocou-se aqui a questão dos protocolos com as Juntas de Freguesia. Acho que aquilo que ficou demonstrado, e bem, é que independentemente da existência ou não de protocolos, as máquinas da Câmara e os Serviços estão

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, junho, 23

ao serviço das Juntas de Freguesia e das populações, e o trabalho está efetivamente a ser feito. Muito mais importante é isso que assinar um protocolo que depois poderá ou não ser cumprido.-----

----- Vivo no Concelho e trabalho no Concelho. Normalmente percorro o Concelho, alguns sítios mais do que outros: tão depressa posso estar na Volta da Tocha como posso estar em Santo Varão. É sempre bom ter alguém que venha de fora e nos diga que as árvores estão de alguma maneira melhores ou piores, ou que a sinalização está melhor ou pior, porque às vezes de tanto passarmos por um lugar nem nos apercebemos do que está menos bem. O deputado Oliveira e Sousa até pode fazer um bom trabalho, chamando a atenção para essas questões, porque eu vou reparando noutras: há alcatrão nas estradas, alguns buracos vão sendo tapados, há sinalização a indicar pavimentação em mau estado e os condutores já devem ter uma precaução.-----

----- Estou farta de dar voltas à cabeça para descobrir onde está o tal buraco junto à Escola Secundária, com cerca de 2 metros quadrados, porque não estou a ver um buraco com essas dimensões num local onde passo quase diariamente ou então ainda não consegui reparar onde ele está.-----

----- Relativamente às refeições escolares, eu tenho duas filhas a estudarem nas escolas deste Concelho. Se eu lhes perguntar como é a comida, nenhuma delas gosta da comida, mas o que é preciso saber é que toda a alimentação das escolas, em termos de Agrupamento de Escolas, é vigiada por nutricionistas da Dgeste, e as ementas são feitas de acordo com as suas orientações. Possivelmente não será a comida que os miúdos gostariam de comer, eu falo pelas minhas filhas, mas o que se pretende é que seja saudável. Se lhes perguntarem se estão de acordo com o que gostam, não estão. E eles não vão lá encontrar o que encontram nos cafés e nas pastelarias. É bom estarmos atentos e saber o porquê das crianças não gostarem da comida, pois que o motivo é porque efetivamente têm uma alimentação mais saudável.-----

----- Para terminar gostaria apenas de relembrar que o ponto antes da ordem do dia é para interesses relevantes para o Município. Eu acho que se passou aqui muito tempo a falar de coisas que não sei se serão assim tão relevantes para o Município.”-----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Iremos passar de seguida ao ponto 2, dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara solicitando que se pronuncie, se ele assim o entender, sobre as questões que foram colocadas, já que algumas lhe foram diretamente colocadas.”-----

----- **Ponto 2. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c), nº 2, do artº 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, retificada pelas Declarações de Retificação n.º 46-C/2013, de 01 de novembro e n.º 50-A/2013, de 11 de novembro**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2014, junho, 23***

----- Usou da palavra o PCM que disse: “Em relação à informação escrita, penso que ela é perfeitamente explícita, completa e rigorosa. Estarei disponível para algum esclarecimento, e posteriormente farei outro tipo de intervenção em resposta a algumas das questões que me foram colocadas.” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: Não havendo nenhuma questão relativamente à informação escrita, agradecia que neste ponto, se for essa a sua intenção, prestasse os esclarecimentos que julgar necessários.” -----

----- Usou da palavra o PCM que disse: “Em relação a algumas questões que me colocaram, penso que algumas respostas já foram dadas, só vou complementá-las.” -----

----- Em relação às infraestruturas rodoviárias que se estão a degradar, que foram abordadas por alguns deputados, queria dizer muito sinceramente que agradeço os alertas, porque são importantes, apesar de ser um presidente que anda pelas vias do Concelho, e eu próprio conduzo. Há sempre algumas situações que nos passam ao lado e agradeço os alertas. Efetivamente não tive aqui nenhuma novidade. De qualquer forma não posso deixar de me admirar com alguma preocupação súbita, pelo menos dos deputados da bancada da Coligação, com este tema, porque no passado era rigorosamente nada. -----

----- Vamos esclarecer então o que é que se passa com as vias de comunicação: as vias de comunicação do Concelho, pelo menos aquelas que não tiveram intervenção recente, precisam de manutenção: que se reparem os buracos e sobretudo a manutenção das valetas por forma a que a água não ande no pavimento e isso é algo que não foi feito ao longo dos anos. Em muitas das vias e algumas delas vias principais, pode-se verificar que quando chove muito e se constata a presença de água no pavimento, posteriormente quando lá voltarem a passar podem verificar que se formou um buraco e esse trabalho de manutenção, que é um trabalho muito demorado, que exige máquinas que não tínhamos no início do mandato, e como tal o mau tempo não nos permite fazer essas intervenções como é fácil perceberem. As pessoas podem pensar que o Presidente da Câmara dá desculpas, se calhar como antigamente, para avançar com os assuntos para a frente ou por qualquer razão, mas não é assim. A motoniveladora não pode funcionar com as valetas cheias de águas. Para as máquinas arranjam essas valetas, elas têm de estar secas, sendo este um primeiro passo que tem de ser dado e está a ser dado em todas as Freguesias, e portanto esse trabalho é de primordial importância para que no futuro não tapemos o buraco e passados 15 dias ele esteja aberto novamente, porque se não tirarmos a água das estradas, tanto faz colocar tapete, como massas frias, não adianta nada. -----

----- O trabalho está a ser feito Freguesia a Freguesia, e estamos a disponibilizar as máquinas e também as massas frias e tudo o que é necessário para as reparações. Temos algumas Freguesias com trabalho

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, junho, 23

satisfatoriamente cumprido, e digo satisfatoriamente porque para nós ainda há situações que mereciam um tratamento mais aprofundado, mas como temos que combater o flagelo em todo o Concelho, porque se trata de um autêntico flagelo, não sendo uma situação ocasional nesta ou naquela via, nós estamos a fazê-lo por Freguesias, e portanto, sobre algumas intervenções que aqui foram feitas, permitam-me dizer que Liceia vai ter as máquinas para a semana, que neste momento estão em Araze de que é uma Freguesia muito extensa. Naturalmente que já fizemos várias intervenções e estivemos várias semanas em Araze de, só que esta Freguesia tem uma rede viária muito extensa, e naturalmente nós não podemos resolver todos os problemas de uma só vez, pelo que vamos atendendo aos que são mais prioritários. -----

----- Em relação à intervenção da senhora deputada Maria João Sobreiro, efetivamente a resposta está dada por si, porque a estrada da Estação de Verride à Caixeira não é da competência do Município, Não quero dizer com isso que no futuro não a possamos arranjar, ou não possamos lá intervir em conjunto com a entidade gestora e isso até já foi falado, tendo já havido uma reunião no sentido de uma cooperação, sendo certo que não é uma estrada municipal, não sendo uma prioridade neste momento, até porque estivemos a fazer outras intervenções na União das Freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca na semana passada, e neste percurso que estamos a fazer por todo o Concelho, estamos a dar prioridade às reparações mais urgentes. Não quero dizer com isso que não tenhamos outros planos em termos de infraestruturas rodoviárias, nomeadamente intervenções que não são de mera manutenção, como por exemplo a colocação de tapete a quente e isso está a ser estudado pelos serviços, estamos a avaliar os custos e os locais onde será mais prioritário fazê-lo, sendo evidente que só o poderemos fazer quando houver disponibilidade financeira, mas esse estudo está a ser feito. -----

----- Quanto à questão da intervenção da senhora deputada Adelaide Medina, eu já respondi em parte. Só lhe quero chamar a atenção que as candidaturas ao QREN estão fechadas. Quem devia ter aproveitado bem estes fundos, não era este Executivo. O que este Executivo herdou foi um conjunto de processos que são promessas eleitorais com mais de 12 anos, porque foram feitas até em campanha e depois foram sucessivamente renovadas as promessas, e os terrenos para alguns desses projetos que referiu, nem sequer foram expropriados. As obras tem prazos de execução, as candidaturas ao QREN tem de ser fechadas sob pena de terem de ser devolvidos os fundos comunitários. Mais importante que isso, é preciso assegurar que o Município tenha a feira mais ou menos limpa, e não vai ser difícil, dar cumprimento aos projetos comunitários por forma a que não sejamos penalizado no futuro quadro comunitário, com níveis de execução baixos, que podem determinar também níveis de financiamento baixos e por isso há que ser realista. É evidente que a senhora deputada provavelmente gostava mais de quem prometia.. O problema é

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2014, junho, 23***

que não deixaram de fazer dívida. O problema é executar dentro do tempo. A importância das obras pode justificar fazer dívida, agora a questão que se coloca aqui é que não podem ser feitas porque não se podem cumprir os prazos, e é essa a questão que se está aqui a tratar. -----

----- Quanto à questão de fazer dívida ou não, é missão e apanágio deste Executivo que a dívida não deve ser feita por fazer, e eu espero só poder ser avaliado no final deste ano aquele presente envenenado que nos deixaram, e que o mesmo não se traduza na dívida que muito brevemente será anunciada. S A questão da dívida tem de ser bem ponderada porque não é fazer dívida por dívida, é preciso fazê-la estando conscientes que a podemos pagar. -----

----- Quanto à questão da intervenção do membro Ricardo Brites, em relação ao pavimento degradado, eu presumo que seja em frente àquela urbanização que, como sabe, a mesma tem a ver com uma intervenção que foi feita pela entidade que promoveu aquele empreendimento, e nós já decidimos a execução coerciva daquelas obras. O que é que aconteceu? Ainda na semana passada recebi representantes do Banco Popular que manifestaram a intenção de executar a obra, o que para nós era vantajoso, de acordo com o que já foi aprovado em reunião de Câmara no anterior Executivo. Para nós era vantajoso porque era mais rápida a sua execução porque o processo coercivo leva o seu tempo. Aquilo que foi decidido foi uma peritagem idónea, e após a mesma efetuada proceder à execução coerciva das obras. Existe vontade do Banco Popular, ainda a semana passada foi manifestada essa vontade firme, e pareceu-me que séria, e foi-me explicado o porquê deste atraso do Banco Popular, porque efetivamente herdou um conjunto de problemas deste género, e alguns na sua ótica mais urgentes, e eu fiz questão de lhes dizer que este assunto podia não ser para eles urgente, mas para nós era muito urgente, determinante e importante, e por isso, se eles não avançassem com execução física rápida, dentro de um espaço de tempo que nós consideramos razoável, porque também nos foi dito que têm de lançar concursos para a feitura da obra, nós iríamos concluir o processo de execução coerciva.. A execução coerciva é o último passo que se utiliza porque podemos ter de discutir isso em Tribunal e termos de pagar a obra em primeira análise, e portanto, como é vontade dos representantes do Banco Popular, executar a obra, tanto melhor.-----

----- Relativamente à Urbanização da Luz, também já tive oportunidade de afirmar que não me quero pronunciar; estamos num processo de averiguações interno; é algo que não foi feito neste Executivo e portanto deve ser tratado com algum rigor.-----

----- Relativamente ao CITEC está em processo de audiência prévia, que termina em julho, e não me parece ético prestar algum esclarecimento sobre este assunto e por isso mesmo não me vou pronunciar sobre o mesmo respeitando pois o período de audiência prévia dos interessados. O único reparo é que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, junho, 23

provavelmente o senhor deputado Ricardo Brites não leu todo o parecer jurídico, porque não é só com base naquilo que V. Ex.^a diz. -----

----- Em resposta à Dr.^a Cristina Jorge, relativamente aos Protocolos com as Juntas de Freguesia, já foi respondido pelo Senhor Presidente de Junta, mas o serviço público continuam a ser assegurados pela Câmara Municipal, ou seja, este processo de transferência de competências não se concretizou ainda, implicando que a Câmara Municipal continue a assegurar os serviços de manutenção e salvaguarda do interesse público, por isso mesmo, se ainda não foram feitos os Protocolos, é porque efetivamente o levantamento que estamos a fazer não existia, como sejam por exemplo o levantamento de todos os espaços verdes, todas as infraestruturas, etc. Tudo aquilo que pode ser transferido em delegação de competências, é feito um levantamento rigoroso. Nós estamos a manter reuniões e estamos a ouvir os Presidentes de Junta que nos têm que informar por escrito sobre essas infraestruturas, e ainda nem todos o fizeram. -----

----- Quanto ao Dr. Oliveira e Sousa, quero dizer que vou todos os dias a esse local e não conheço nenhum buraco com 12 m². Deduzo, que se esteja a referir-se a um buraco que existe junto da Rotunda do Rotary Clube. Esse buraco deve-se a um abatimento que é recorrente e que nós fizemos uma intervenção para averiguar se era uma rutura. Não era uma rotura e não conseguimos averiguar porque é que o piso abate regularmente. Para fazermos uma intervenção mais demorada precisamos de fechar aquele troço e estamos a aguardar pelo período de férias para que isso possa ocorrer. Não é nada de grave, eu passo lá todos os dias e já fiz questão de dizer que isso teria de ser acelerado, mas o argumento dos Serviços convenceu-me, e naturalmente que o respeitei porque me pareceu pertinente. -----

----- Quanto à qualidade das refeições escolares já me deve conhecer há muitos anos: eu não sou daqueles que anuncia coisas para depois não fazer nada; posso-lhe dizer que tenho aqui na minha mão um relatório, e que para além da Vereadora da Educação ter andado a visitar e a verificar ela própria a qualidade das refeições escolares, para além disso estamos a aguardar o estágio de uma Engenheira especialista nessa matéria e que infelizmente o IEFP por causas que desconhecemos ainda não o aprovou. Além disso a Veterinária Municipal em conjunto com o Centro de Saúde fizeram uma visita técnica rigorosa a todos os estabelecimentos de refeições, onde foram detetadas algumas pequenas irregularidades que não mereceram grande reparo, e que não põem em causa a saúde pública, sendo reparos feitos do ponto de vista da disposição dos instrumentos, dos móveis. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, junho, 23

----- Tive essa preocupação porque como disse nesse discurso, este é um assunto que me é muito caro e portanto não deixei de o fazer. É evidente que não ando aí a fazer propaganda, porque se está tudo bem porquê andar a fazer mais alarido com isto.-----

----- Penso que respondi a tudo.”-----

----- A AM tomou conhecimento.-----

----- Usou da palavra o PMAM agradecendo ao Senhor Presidente da Câmara e informando que está concluído o ponto 2 da OT, passando seguidamente ao ponto 3 da OT.-----

----- **Ponto 3. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal - “Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para compromissos plurianuais” - Listagem de compromissos plurianuais assumidos** – Usou da palavra o PMAM que disse: “Apesar de não haver nada para informar, a AM reconhece que a informação foi prestada, e portanto passamos ao ponto 4 da OT.”-----

----- A AM tomou conhecimento.-----

----- **Ponto 4. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a redução de taxa a pagar pela utilização do Castelo para a realização de Festival de Música no Castelo** - O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Julgo que os documentos juntos ao processo são suficientemente esclarecedores. O que se propõe é uma redução de taxa em face do interesse que pode ter para o Município a vinda e a estadia destas pessoas no Concelho, estando disponível para algum esclarecimento adicional se for caso disso.”-----

----- Pediu a palavra o membro Fernando Monteiro (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Se me permitem, antes de entrar no ponto em que me inscrevi, queria deixar uma palavra de apreço à Senhora Vereadora Alexandra Ferreira que fazia parte da Coligação, apesar de não estar presente neste momento, de uma forma pessoal dizer-lhe que ela tem muitas capacidades que pode por ao serviço do Concelho por via dos seus Cidadãos. Com certeza que alguém lhe fará chegar esta mensagem pessoal.-----

----- Quero congratular-me pela efetivação deste evento, é evidente que será, se assim tudo correr bem, um grande espetáculo musical e multimédia. Estou a falar propriamente do Festival Forte nos próximos dias 28 a 30 de agosto. Não deixo de reconhecer as possíveis vantagens e potencialidades que podem advir para o Concelho se tudo isto funcionar como o previsto. Por exemplo, a preocupação e cuidados invocados pelo Executivo na fundamentação, tendo particularmente em vista a preservação da estrutura arquitetónica do nosso Castelo, para mim, um dos mais bonitos de Portugal, bem como da qualidade e conforto dos Montemorenses e dos habitantes próximos daquela zona e não só. No entanto, questiono, se a redução agora colocada a votação, ou seja, o abatimento de 36.000€ para 12.000€, traduzindo-se em 2/3 de redução, apesar dos pressupostos invocados pelo Executivo, sendo este um precedente, como é que o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, junho, 23

Executivo irá lidar com a situação futuramente? Será que o Executivo terá que providenciar uma alteração às taxas municipais a qual consista na redução deste valor? É uma pergunta que deixo no ar em relação a esta situação. -----

----- A outra questão diz claramente respeito ao nível do ruído. Não querendo entrar em pormenores técnicos, para não estar a ser fastidioso para todos nós, pelo que sei o valor que terá sido proposto pela entidade organizadora são 110 decibéis. 110 decibéis é de facto um valor moderado em termos de ruído, mas a questão que se coloca é como e onde é medido, e em que circunstâncias, ou seja, será medido em frente à fonte emissora ou será medido a uma distância mais afastada, já para não falarmos em frequências, porque as frequências baixas e altas são claramente muito mais prejudiciais para o organismo humano. Quero dizer que esta escala de valores em termos de decibéis, e do conhecimento que tenho, e não sendo nenhum expert na matéria, varia entre zero (0) e 140 decibéis, sendo que zero decibéis será o menos e 140 decibéis é o limiar, podendo rebentar os tímpanos a um cidadão e o mesmo não aguentar essa dor. Posso dizer também que 100 decibéis não aumenta o nível mais ou menos aceite para o nível de incomodidade para o cidadão. Só para uma situação de compreensão, o valor de incomodidade pode chegar a 70, 80 decibéis ou seja, se ultrapassar este valor já cria alguma incomodidade. Não esteja com isto Senhor Presidente a pensar que eu estou contra o evento porque eu penso que houve a preocupação de ver o nível do ruído e proceder em conformidade com isso, até porque já referi que gostaria que isto não fosse só um evento. Era bom que se potenciasse no futuro e que houvesse uma marca nacional, à semelhança de outros festivais que existem a nível nacional. Isto é apenas e tão só para salvaguardar alguma situação futura em termos de bem estar dos habitantes, porque a propagação sonora, sendo uma coisa relativamente simples, tem a sua complexidade. Essa complexidade passa muitas vezes pela qualidade das infraestruturas, porque este vai ser um evento de certeza com alguma prevenção e que depende da potência emissora. -----

----- Para finalizar Senhor Presidente entenda esta minha questão apenas como uma preocupação, e que a situação decorra da melhor maneira possível, para bem de Montemor, e para bem dos Montemorenses, e que seja de facto o primeiro de muitos festivais e de muitos eventos que sejam feitos naquele Castelo. -----

----- Por tudo isto, Senhor Presidente, respeitando e valorizando a posição e o sentido de voto dos Vereadores da Coligação Mais por Montemor, face a estas dúvidas da bancada, noto que o rácio custo/benefício ainda está por provar, ainda estará por demonstrar, eu espero que tudo isto corra da melhor maneira para todos, mas face a tudo o que disse, esta bancada não deixará de se abster.” -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2014, junho, 23***

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “O Movimento Independente de Cidadania, integrado no MPT, regozija-se com estes eventos para que esta Vila de Montemor, de vez em quando, deixe de ser o marasmo que se vê, sem vida, de modo que haja alguma vida mas haja alguma preocupação para não colocar o Castelo numa situação ainda mais difícil. O Senhor Presidente fez referência à Barbacã, ora, como disse anteriormente o deputado Fernando Monteiro, que falou nos decibéis, apesar dos cuidados que eu vejo aqui, apesar de não ser técnico, mas julgo que está salvaguardado, não vá a Barbacã parar cá abaixo, e como diz o Senhor Presidente da Câmara, o Executivo não tem dinheiro para edificar aquilo. -----

----- Por outro lado, e dada a intenção da empresa que vai realizar o evento e a preocupação da mesma, e de forma airosa também beneficiar da redução das taxas, perguntaria ao Executivo qual é a garantia que tem desta empresa que irá proceder a estas intervenções aqui referidas. Se houver uma garantia, ótimo, se não, poderão ser executadas ou não, palavras leva-as o vento. Esta situação julgo que o Executivo a salvaguardou. -----

----- O Movimento Independente de Cidadania Por Amor a esta Terra tem todo o regozijo que este evento se realize para ver se esta terra de vez em quando sai desta letargia que realmente é tão grande e que realmente mete pena aos munícipes.” -----

----- Pediu a palavra o membro Jorge Santana (PS) que disse: “Relativamente a este ponto, não posso deixar de salientar aquilo que considero ser um excelente trabalho do Executivo, e digo excelente trabalho por vários motivos: -----

----- Em primeiro lugar, temos aqui presente mais um evento cultural que vai, acima de tudo, promover a marca Montemor-o-Velho. Um evento que vem, além de outros, demonstrar que a dinamização cultural de Montemor-o-Velho é uma realidade e uma prioridade deste Executivo. -----

----- Em segundo lugar, este é o exemplo de uma negociação excelente. Este acordo prevê o pagamento de 12.000€ até dia 15 de julho, de um evento que terá lugar de 28 a 30 de agosto ou seja, um pagamento antecipado. -----

----- Em terceiro lugar, temos que salientar que esta verba permitirá restaurar o pórtico principal e a porta lateral do Castelo, recuperando aquilo que é o maior tesouro do Concelho. -----

----- Em quarto lugar, verificamos que os interesses de Montemor-o-Velho e da sua população foram salvaguardados, minimizando o impacto do festival, protegendo muralhas e espaços verdes e controlando os níveis de decibéis emitidos. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, junho, 23

----- Finalmente vamos aqui votar a redução de taxa de utilização do Castelo. Note-se desde logo que os valores previstos – 36.000€, são excessivos e que o valor de 12.000€, se atendermos às expectativas de adesão de público – 4.000 pessoas por dia, corresponderão a 1€ por dia, só para aluguer do espaço, isto se a expectativa de público se confirmar ou seja, o risco de sucesso e de retorno financeiro deste evento é assumido na totalidade pela empresa produtora do mesmo.-----

----- Note-se ainda que este evento poderá colocar Montemor-o-Velho nos roteiros de festivais de verão, com todas as mais-valias que isso acarreta.”-----

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Relativamente a esta questão e a este ponto assolam-me algumas dúvidas. -----

----- Na ata da Câmara Municipal diz que é preciso efetuar uma monitorização, é preciso participar em vistorias. É necessário cumprir o estipulado no n.º 1, por isso é necessário contratar serviços para fazer essa mesma monitorização/medição. É preciso instalar um limitador de som. Isto está contratualizado? Quem é que vai pagar estas questões? É a Câmara, é a entidade promotora, é por conta dos 12.000€ que vão pagar? -----

----- Eu considero esta justificação imprópria, sinceramente. Concordo com o que o foi invocado pelo membro Fernando Monteiro, estando quase 100% de acordo com ele. Não estou contra o evento, estou contra a argumentação que aqui é exposta e daí colocava umas questões para ver se de facto esta minha posição é alterada ou não, e eu espero bem que sim. -----

----- Acho que este argumento de que se está a financiar intervenções em monumentos nacionais, é uma imposturice. É imposturice de quem está a promover este evento em que prevê uma redução de 36.000€, para 12.000€.-----

----- Outra questão que tenho para colocar é a empresa que paga os 12.000 € e depois arranja o pórtico e o telhado? Então para isso teria que pagar mais do que aquilo que vai pagar pelos 3 dias. Ou são os 12.000€, mais as obras, que vão ser feitas pelo Executivo? Estas são algumas questões que eu queria ver esclarecidas, porque senão a Autarquia cobrava os 36.000€ e ela própria assumia e orientava a execução das obras, penso que esse seria o melhor negócio para a Câmara Municipal. Gostava que me esclarecesse efetivamente se os 12.000€ que estão aqui em causa, são também, ou já estão incluídos para pagar as obras ou seja, pagam 12.000€ e depois está tudo saldado. Se assim for a Autarquia vai pagar à empresa para fazer cá o festival. Essa é a minha opinião. Também não acredito, digamos assim, em alguns argumentos de outras alternativas até gratuitas, não sei. Tenho as minhas dúvidas. Que fique assente que não estou contra este Festival. Não estou contra aquilo que ele possa trazer de bom para o Concelho, para

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2014, junho, 23***

a atividade económica. Estou efetivamente contra a maneira como ele está explanado e negociado, que me parece querer iludir e enganar as pessoas que estão aqui presentes.” -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Quanto à primeira questão, em relação às isenções ou reduções, cada caso é um caso e quando se propõe uma isenção ou redução isso significa um apoio do Município à realização de um evento ou seja, o pressuposto da redução ou isenção tem a ver com isso. O interesse público, o interesse que o evento possa ter para o Município, ou para o Executivo, pode ser relevante ou não, isso é discutível, nós, neste caso concreto, entendemos que sim.-----

----- Quanto à questão dos 110 decibéis, é evidente que se estiverem atentos na justificação/fundamentação, este valor foi-nos exigido pela Direção Regional da Cultura e nós estamos a cumprir as exigências da mesma.-----

----- Também a questão das obras e tudo o que está subjacente tem a ver com as exigências da Direção Regional da Cultura e eu não me queria adiantar muito mais sobre isto porque isso vai implicar que tenha de falar sobre outras coisas mais importantes, nomeadamente quanto à gestão do Castelo. -----

----- O que está em causa é demonstrar-se se tem interesse ou não a realização do evento, se acharem que tem, votem em conformidade, se acharem que não tem, votem também de acordo com a vosso querer sobre o assunto. -----

----- Quanto à questão das obras, as mesmas serão feitas pela entidade que for indicada pela Direção Regional de Cultura, que superintende a intervenção nos monumentos nacionais. -----

----- Como já foi explicado, a verba tem de ser paga dentro de um prazo, e se esse prazo não for cumprido, não há festival, tão simples como isto. Diferente do passado em que também se adotou política e bem ou mal, conforme o gosto de cada um, de permitir eventos no Castelo que nunca tiveram esta nuance. Acho que as palavras do membro Ricardo Brites, sobre pessoas que não conhece, me parecem fortes de mais, mas o que tentámos fazer foi colaborar numa utilização do Castelo que seja útil para o Concelho e esta monitorização, em particular, é a primeira vez que se faz e para mim é muito importante, se não, determinante, para esclarecer aquilo que eu próprio superintendi quando estive na concretização final das negociações, a regulação é feita à saída do amplificador e por uma entidade independente. -----

----- Ainda, por exigência da Direção Regional da Cultura, que superintendeu este processo todo, terá que ser feito um relatório e o mesmo vai contemplar vários testes, em vários locais para verificação do cumprimento daquilo que foi imposto nas suas exigências. É o que me apraz explicar sobre este assunto.” --

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, junho, 23

----- Pede a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Eu penso que algumas das questões que eu coloquei não foram respondidas pelo Senhor Presidente, nomeadamente o que é que está patente na taxa dos 12.000€.”-----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 27 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por maioria, conforme a listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- VOTAÇÕES -----

----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
----- Luís Manuel Barbosa Marques Leal-----	Abstenção-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno -----	Abstenção-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge -----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge -----	Abstenção-----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites -----	Abstenção-----
----- Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço -----	A Favor-----
----- Lúdia Maria Cavaleiro T. Pagaimo-----	Abstenção-----
----- António Mendes Girão Meco-----	A Favor-----
----- Adelaide Maria Simões Medina -----	Abstenção-----
----- Olga Susana Miranda da Silva -----	A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto -----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro -----	Abstenção-----
----- Carolina Ferreira Aires -----	Abstenção-----
----- Jorge André da Silva Santana -----	A Favor-----
----- Susana Paula Malva Branco-----	Abstenção-----
----- José de Oliveira de Sousa -----	A Favor-----
----- Sara Cristina Cruz Gomes-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro -----	Abstenção-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro -----	A Favor-----
----- Vasco Gonçalo Sousa Martins -----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
----- Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo -----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, junho, 23

----- João António Góis Girão ----- A Favor-----
 ----- José Manuel Marques Madaleno----- Abstenção-----
 ----- Carlos António Cristino Alves ----- A Favor-----

----- A AM tomou conhecimento. -----

----- **Ponto 5. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Relatório Final – Aquisição de serviços de auditoria externa, no âmbito da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais – ajuste direto** – O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “A Lei obriga que se apresente o relatório final à Assembleia Municipal e é o que estamos a fazer.-----

----- Em relação à entidade escolhida é o critério do menor preço.”-----

----- Pediu a palavra o membro Adelaide Medina (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Como já foi referido várias vezes, esta aquisição de prestação de serviços com o ROC, todos sabemos que é uma exigência legal, tal como o ponto refere e como disse o Senhor Presidente, foi pela opção mais baixa, nada temos a obstar, no entanto, ainda em relação à outra auditoria que efetivamente já foi um pouco debatido, já há 8 meses que decorre e nada sabemos, não tivemos qualquer informação e o tempo vai passando e o elevado custo que este Executivo teve com a prestação de serviços, e não sabemos efetivamente o porquê de ainda não haver qualquer informação acerca da tal auditoria. Como referiu também o Dr. Oliveira e Sousa na reunião de fevereiro, relativamente ao pessoal que foi admitido, de que seria um favorecimento pessoal, esperamos que esta auditoria também não tenha sido levada a cabo por essa perspetiva, e realmente agradecemos também uma outra explicação acerca desta auditoria.”-----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 27 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por maioria, conforme a listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- VOTAÇÕES -----

----- Fernando Jorge dos Ramos----- A Favor-----
 ----- Luís Manuel Barbosa Marques Leal----- A Favor-----
 ----- Carlos Lucas Correia----- A Favor-----
 ----- Luís Filipe Azenha Madaleno ----- A Favor-----
 ----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge ----- A Favor-----
 ----- Ana Cristina da Silva Jorge ----- A Favor-----
 ----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites ----- Abstenção-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, junho, 23

----- Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço -----	A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro T. Pagaimo-----	A Favor-----
----- António Mendes Girão Meco-----	A Favor-----
----- Adelaide Maria Simões Medina -----	A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva -----	A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto -----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro -----	A Favor-----
----- Carolina Ferreira Aires -----	Abstenção-----
----- Jorge André da Silva Santana -----	A Favor-----
----- Susana Paula Malva Branco-----	A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa -----	Abstenção-----
----- Sara Cristina Cruz Gomes-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro -----	A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro -----	A Favor-----
----- Vasco Gonçalves Sousa Martins -----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
----- Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo -----	A Favor-----
----- João António Góis Girão -----	A Favor-----
----- José Manuel Marques Madaleno-----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves -----	A Favor-----
----- A AM tomou conhecimento. -----	

----- **Ponto 6. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a alteração do Regulamento de atribuição de equipamentos de Teleassistência** – O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Senhor Presidente, consta profusamente explicado na documentação, mas, para sintetizar, a questão é muito simples: Este é um projeto que temos com a CIM-RC, onde tínhamos à nossa disposição 30 equipamentos dos quais só foram instalados 15 e decidimos abrir mais o leque de beneficiários que podem vir a beneficiar destes equipamentos. Porque o que nos interessa é chegar ao maior público possível. Foram assim criados 3 escalões para que os idosos possam beneficiar destes equipamentos, e por isso mesmo aqui trazemos essa alteração a aprovação da Assembleia Municipal.”-----

----- Pediu a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Em relação a este ponto da ordem de trabalhos, a bancada da Coligação entende que a prestação deste serviço

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, junho, 23

é provavelmente um dos serviços mais importantes que este Município pode fazer pelos seus idosos e por outras pessoas que se encontrem em situação de dependência e isolamento. Existe no nosso Concelho um elevado número de idosos a viver isolados, sem aptidão para assegurar a sua sobrevivência e segurança. A elevada carência e solidão sentida pelos mais velhos torna-os assim os parentes mais frágeis da sociedade.

----- Este serviço já existe, implementado pelo anterior Executivo, o que muito nos honra. Neste sentido a coligação vai votar favoravelmente este ponto.” -----

----- Pediu a palavra o membro Albertina Jorge que disse: “Também votei favoravelmente no passado a criação deste serviço, pois acho que é uma mais-valia para o Concelho e para as pessoas mais desfavorecidas, sendo que quando falamos de idosos falamos também da solidão, de carência económica, mas às vezes também da carência social e familiar que é por vezes mais pesada que a carência económica. Na prática, quando são aplicados é porque é para melhorar, e isso deve ser feito em qualquer altura. Efetivamente, acho que é uma alteração no sentido de favorecer os munícipes e por isso consideramos que é uma mais-valia e outros regulamentos que existam, e que sejam necessários alterar, nada temos a opor, achando pois que deve ser implementados.” -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 31 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada, quer na generalidade, quer na especialidade, por unanimidade. -----

----- A AM tomou conhecimento. -----

----- **Ponto 7. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a transferência de Património da Assembleia Distrital de Coimbra** – O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “A proposta é por si só esclarecedora. Este é um velho problema evidenciado há já algum tempo, que é o destino a dar ao património mobiliário e imobiliário da Assembleia Distrital de Coimbra. Os representantes que estiveram presentes, tanto da Assembleia Municipal, como do Executivo Municipal, na última Assembleia Distrital, votaram favoravelmente esta proposta, e por isso mesmo importa aprovar a mesma em cada Assembleia Municipal para que ela possa produzir os seus efeitos. Penso que é uma decisão justa, equilibrada, a CIM-RC, pode ser efetivamente a melhor guardiã deste património e a transferência do património para a CIM-RC, também será naturalmente aquilo que a proposta de Lei que se avizinha vai consagrar como primeira indicação, e por isso mesmo aquilo que se pede é que se aprove a proposta.” -----

----- Pediu a palavra o membro Luís Madaleno (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Relativamente a este ponto queríamos apenas tentar perceber quem é que apresentou a proposta, porque na documentação que nos foi entregue não consta essa informação.” -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, junho, 23

----- Pede a palavra o membro João Girão (PS) que disse: “Relativamente a este ponto queria dizer que realmente estive nesta reunião da Assembleia Distrital de Coimbra com o Senhor Presidente da Câmara e o representante da Assembleia Municipal e realmente houve uma proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal da Lousã para que o Património da Assembleia Distrital de Coimbra passasse para a CIM-RC, a qual foi votada por maioria, com a abstenção dos representantes da Câmara Municipal de Coimbra. É um problema que tem de ser resolvido porque senão o património passa automaticamente para o Estado, e com certeza que não é isso que queremos.” -----

----- Pede a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Eu, Movimento Independente de Cidadania, ao votar esta proposta gostaria de saber qual é o Património. Se se trata de dinheiro ou prédios, e gostaria de saber porque o que nos entregaram foi uma proposta vaga onde nada está especificado.”-----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Respondendo à questão que entretanto já foi esclarecida, é uma proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal da Lousã, Dr. Luís Antunes, que foi votada por esmagadora maioria, com votos contra dos representantes da Câmara Municipal de Coimbra e Miranda do Corvo.”-----

----- Em resposta à outra questão, o património é composto por variadíssimas coisas, não existe nenhum património do Concelho de Montemor-o-Velho lá inscrito. Eu não consigo enunciar todo o património, mas posso dizer que são muitos imóveis na Figueira da Foz, em Coimbra, Miranda do Corvo e em vários Concelhos, o Instituto Miguel Torga, o Aeródromo de Cernache, etc, e o saldo da conta bancária é de cerca de 450.000€. -----

----- Não sei se a resposta é cabal, mas efetivamente no essencial é este o património..” -----

----- Pede a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Havendo agora algumas informações adicionais do Senhor Presidente da Câmara, apesar disso eu penso não estarmos em posse de informação suficiente para tomar uma decisão que seja a mais acertada possível.” -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 31 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por maioria, conforme a listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- VOTAÇÕES -----

----- Fernando Jorge dos Ramos----- A Favor -----

----- Luís Manuel Barbosa Marques Leal----- A Favor -----

----- Carlos Lucas Correia----- A Favor-----

----- Luís Filipe Azenha Madaleno ----- A Favor -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, junho, 23

----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge -----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge -----	A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites -----	Abstenção-----
----- Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço -----	A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro T. Pagaimo-----	A Favor-----
----- António Mendes Girão Meco-----	A Favor-----
----- Adelaide Maria Simões Medina -----	A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva -----	A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto -----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro -----	A Favor-----
----- Carolina Ferreira Aires -----	Abstenção-----
----- Jorge André da Silva Santana -----	A Favor-----
----- Susana Paula Malva Branco-----	A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa -----	A Favor-----
----- Sara Cristina Cruz Gomes-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro -----	A Favor-----
----- Eusébio Ramos Sousa Campos -----	A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro -----	A Favor-----
----- Vasco Gonçalo Sousa Martins -----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Pinto Rama -----	A Favor-----
----- Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo -----	A Favor-----
----- João António Góis Girão -----	A Favor-----
----- José Manuel Marques Madaleno-----	A Favor-----
----- Raul Nunes Leitão -----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves -----	A Favor-----
----- António Correia Pardal Bispo-----	A Favor-----
----- A AM tomou conhecimento. -----	
----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Antes de terminarmos a nossa Assembleia Municipal, havendo público na sala e, sendo uma sessão ordinária, eu pergunto ao público presente se quer usar da palavra.” -----	

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, junho, 23

----- Não havendo intervenção do público o PMAM solicitou à Assembleia que as deliberações fossem aprovadas em minuta, o que foi aprovado por unanimidade. -----

----- Após esta intervenção o PMAM deu por encerrada a Sessão às 18.45 horas, e para constar se lavrou a presente ata que após lida e aprovada vai ser devidamente assinada.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

Fernando Jorge dos Ramos

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

Carlos Lucas Correia

O SEGUNDO SECRETÁRIO,

Olga Susana Miranda da Silva